

PREFEITO: DR. FERNANDO

Vice: GILDASIO SIQUEIRA

PLANO

— de —

GOVERNO

Ourilândia do Norte/PA

Agosto/2024

NOVO
A GENTE RESPEITA O BRASIL 

PROJETO NÍQUEL

- ✓ Resistente à corrosão;
- ✓ Forjado no Fogo; e
- ✓ Criador de energia.

Carta ao

cidadão Ourilandense.

O Novo tem por missão retirar as barreiras que o Governo cria para que o cidadão possa definir seu próprio destino. Baseados nessa premissa e em valores como liberdade com responsabilidade, visão de longo prazo e igualdade perante à lei, temos muitas propostas para que Ourilândia do Norte possa evoluir e deixar as pessoas evoluírem.

Durante meses, estivemos empenhados na elaboração do nosso plano de governo, para que de fato ele possa atender a realidade no nosso povo, e após concluirmos, o denominamos de o Projeto Níquel.

Alguém pode perguntar: por que o nome Projeto Níquel?

Ora, o Níquel tem algumas características muito importantes que se encaixam perfeitamente no nosso plano de governo.

A primeira delas é que o Níquel é resistente à corrosão, e é assim também o projeto que temos para o desenvolvimento da nossa cidade, somos resistentes à corrosão, que pode ser analogicamente comparado com a corrupção. Para que os diversos benefícios na qual Administração Pública tem o dever Constitucional, possa chegar ao povo, precisamos ser resistentes, assim como o Níquel.

Outra característica do Níquel é que ele é forjado no fogo, na pressão, assim também é o projeto do Novo para

Ourilândia do Norte. Sabemos que não é fácil trabalhar para o desenvolvimento de uma cidade, mas permaneceremos firmes para a concretização desse projeto, mesmo sobre pressão, esse plano do governo será executado, forjado no fogo.

O Níquel é gerador de energia, o celular que está na sua mão, possui liga metálica de níquel, a TV e os veículos, pois pelo níquel passa energia, gera energia, assim sendo, o nosso projeto levará energia positiva para todos os cantos da nossa cidade, com essa energia propomos a criação de creches integrais, maquinários permanentes na zona rural, aumento da competitividade do comercial local, empreendedorismo e muito mais.

O Novo chegou e com ele o Projeto Níquel, para inovar em nossa cidade, para que Ourilândia possa prosperar e se desenvolver muito mais.

Ao contrário daqueles que praticam a política velha, não queremos apresentar um plano cheio de soluções infalíveis, promessas utópicas ou inexecutáveis, mas sim um registro de ideias que foram criadas em reuniões de trabalho com uma equipe multidisciplinar, saindo da indignação para a ação, visando o desenvolvimento da nossa cidade e melhor qualidade de vida para o cidadão ourilandense.

Nosso povo está cansado de promessas políticas não cumpridas, mas sobretudo, não perderam a esperança de que pessoas boas e honestas podem ingressar na política, inovar e fazer a diferença, pessoas estas que acreditam que é participando ativamente da política, dando ideias, cobrando, que vamos fazer a mudança necessária para o desenvolvimento da nossa cidade.

O Novo é contra o sistema e a velha política que tenta nos tornar igual a ela a qualquer preço, eles são apegados a privilégios, centralização de poder familiar, ocupando os

cargos públicos temporários e achando que são os donos do poder e da nossa cidade.

Nós não temos medo de disputar essa eleição, de inovar na nossa cidade e nem mesmo dos ataques que virão, porque a nossa conduta, nossa fé, o propósito que nos une e a vontade de inovar serão sempre os nossos escudos. Vamos juntos dizer não àqueles que querem aparelhar todo o Estado do Pará e inclusive a nossa cidade.

Chega de apoio externo que quer mandar na nossa cidade, chega de práticas e estratégias da velha política, somos o sul do Pará, somos Ourilândia, aqui o nosso rei é o povo, **o povo sabe muito bem o que eles querem, o povo quer mudança de verdade, o povo quer o Novo.**

FUNDAMENTOS DA

NOSSA PROPOSTA DE GESTÃO

A otimização dos recursos e sua distribuição correta é uma marca do Novo, isso é imprescindível na gestão pública municipal. Os recursos existem, mas sem administração eles podem acabar se perdendo em despesas desnecessárias ou na teia de corrupção, manutenção de estruturas ou ineficientes e em projetos sem continuidade ou eficácia reconhecida.

A visão de longo prazo, pelo princípio da continuidade pública, que abarca a eficiência e a sustentabilidade, deverá estar sempre presente nas iniciativas e decisões do Governo do Município de Ourilândia do Norte.

As pessoas precisam ter liberdade com responsabilidade. Liberdade pra promover mudanças e gerar riquezas. Dar protagonismo, autonomia e liberdade para que os secretários municipais tomem decisões objetivando o melhor para nossa cidade. Precisamos descentralizar o poder, colocando pessoas técnicas no time da prefeitura municipal.

A reforma administrativa se faz necessária para que possamos, manter os cargos certos, atualizar os salários de forma digna e compatível com o mercado, dando oportunidade e reconhecendo financeiramente para os nossos servidores, para que eles possam fazer mais e fazer melhor, obviamente sem se falar em supersalários ou gratificações imorais.

É necessário realizar agrupamento, integração e otimização dos setores administrativos, a fim de garantir eficiência em suas atividades, com o uso mais inteligente e racional do patrimônio público: as pessoas e os bens que pertencem à Administração Pública, à sociedade.

Não temos políticos de estimação e não promovemos caça às bruxas, nosso trabalho não é usurpar o controle externo que é competência do Tribunal de Contas ou da Polícia Federal. Nosso foco é o desenvolvimento do município de Ourilândia do Norte e seus munícipes. Portanto, dar continuidade às políticas de sucesso iniciadas por gestões anteriores não é um problema para o Novo.

Todos os programas, projetos e sistemas serão reavaliados, para serem mantidos, substituídos ou aprimorados, de forma técnica, visando sempre o bem-estar do cidadão.

Assim queremos governar Ourilândia do Norte, com transparência, participação ativa da sociedade, valorizando os nossos munícipes, fomentando a competitividade no comercial local, uma saúde par todos e uma educação do futuro. Para tanto, elaboramos um conjunto de propostas na qual elencamos a seguir. Somos o Novo.

1. GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Ter uma gestão eficiente é essencial para o sucesso de todas as áreas da Prefeitura de Ourilândia do Norte. Partir de uma visão de longo prazo para definir e orientar as ações e processos cotidianos torna possível a fixação de metas finalísticas, voltadas à melhora da qualidade de vida dos cidadãos.

Na prática, porém, as regras que regem a gestão pública não criam esse ambiente de incentivos alinhados à eficiência. Na verdade, partes daqueles que prestam serviço ao público, atualmente se encontram em um ambiente permeado por incertezas e dificuldades.

Na prática os ciclos de gestão costumam ser insuficientes para orientar o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores e as avaliações de desempenho são realizadas de forma protocolar, o que equipara os servidores altamente produtivos e diligentes àqueles que precisam melhorar sua performance. As lideranças públicas não recebem treinamentos para ocupar suas posições e muitos secretários são escolhidos para atender demandas políticas e familiares, e não de gestão, centralizando o poder.

Essas ineficiências e centralização do poder têm um impacto profundo na qualidade dos serviços públicos oferecidos, no desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores de carreira e na competitividade e no desenvolvimento econômico e social de Ourilândia do Norte.

É essencial que se implemente uma cultura de gestão para resultados na administração pública, sendo necessário rever a estrutura de secretarias e selecionar secretários e gestores públicos por competência técnica, oportunizando principalmente a mão de obra local.

É importante também capacitar e treinar as lideranças para que sejam capazes de repassar a cultura de gestão para resultado para suas equipes. Os ciclos de gestão devem ser transparentes e as metas, pactuadas entre gestor e servidor, de modo que os funcionários produtivos e comprometidos sejam valorizados, as competências a serem aprimoradas sejam identificadas e os servidores com baixa produtividade sejam treinados.

Por fim, se o baixo desempenho for persistente, de maneira isonômica e impessoal, o servidor deve ser desligado, impedindo que o munícipe permaneça pagando esse salário.

No que tange à gestão de processos, o aumento da eficiência municipal depende da sua digitalização. E quanto à gestão patrimonial, o município deve manter acervo atualizado dos seus imóveis e avaliar a subutilização e a desocupação, preferindo alienar os imóveis não utilizados.

1.1 Implementar uma cultura de gestão por resultados na administração pública valorizando bons servidores e melhorando o serviço público.

O poder público municipal deve atuar para melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados, e a gestão tem papel fundamental nesse esforço. Nesse sentido, defende-se que a implantação de uma cultura de gestão para resultados, baseada na instalação de ciclos de gestão estruturados, transparentes e aplicados por lideranças públicas capacitadas, é a melhor forma de valorizar os servidores produtivos e dedicados, que contribuem para qualidade de vida dos cidadãos de Ourilândia do Norte.

Nesse percurso é importante rever a gestão de desempenho, criar mecanismos de desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores com baixa produtividade e criar mecanismos de demissão por meio de processos isonômicos e impessoais quando a insuficiência de desempenho for recorrente.

Também é importante revisar as carreiras e a estrutura remuneratória no município, eliminando incentivos perversos e premiando a assunção de cargos de gestão. Por fim, é necessário rever os mecanismos de seleção de pessoal, principalmente para os cargos comissionados e revendo a Lei de Concursos Públicos local para prever etapas de conhecimento, habilidade e competências, em especial a possibilidade de cursos de formação, no qual o candidato será avaliado no desempenho das funções que serão parte de seu dia a dia.

PROPOSTAS:

- Realizar uma revisão completa da estrutura administrativa, com o objetivo de reduzir e racionalizar o número de secretarias se for necessário e otimizar a estrutura da gestão municipal, promovendo maior eficiência.

- Reestruturar carreiras e a estrutura remuneratória do funcionalismo, de modo a simplificá-las, reduzindo eventuais disparidades salariais entre o setor público e privado e estabelecendo critérios de progressão baseados em desempenho
- Implementar sistema de gestão de desempenho para os órgãos e servidores, estabelecendo metas de resultado e entregas, avaliações de desempenho objetivas e periódicas, atrelando bonificações e progressões de carreira aos bons resultados.
- Regular o desligamento por insuficiência de desempenho de efetivos e temporários.
- Revisar licenças, afastamentos e benefícios do funcionalismo público, eliminando privilégios e distorções eventualmente existentes com a iniciativa privada.
- Criar programas de treinamento e capacitação dos gestores e lideranças públicas.
- Realizar processo seletivo para cargos de livre nomeação, visando atrair profissionais competentes para as funções e mitigando as indicações meramente políticas.
- Revisar a Lei Municipal de Concursos Públicos, aprimorando os mecanismos de seleção, prevendo etapas de avaliação de conhecimentos, habilidades e competências e criando a figura do Curso de Formação.
- Mapear funções, atividades e processos para avaliar o emprego da força de trabalho e identificar ineficiências, sobreposições e oportunidades.
- Revisar a estrutura de cargos em comissão da prefeitura para não apenas reduzir seu número se for necessário, mas principalmente racionalizar a estrutura, muitas vezes disfuncional e inadequada.
- Proporcionar transparência aos cidadãos quanto aos dados de despesa de pessoal, divulgando abertamente a folha de pagamentos.

1.2 Modernizar e desburocratizar a prestação de serviços públicos, desenvolvendo uma oferta de Políticas Públicas transparente, digital e baseada em evidências.

Processos administrativos lentos e pouco transparentes, a falta de digitalização e a dependência de procedimentos burocráticos tradicionais dificultam o acesso dos cidadãos aos serviços e comprometem a qualidade e a agilidade do serviço público. Nesse contexto, estabelecer sistemas de monitoramento e revisão das políticas públicas de maneira periódica, realizar parcerias com o setor privado e fazer uso da tecnologia tornam os serviços mais acessíveis, eficientes e alinhados às necessidades da população.

PROPOSTAS:

- Estabelecer um sistema de monitoramento e revisão periódica das políticas públicas para avaliar sua efetividade e a eficiência no uso dos recursos.
- Promover a contratação de serviços do setor privado sempre que possível, para aumentar a eficiência, reduzir custos e evitar a expansão desnecessária da máquina pública.
- Promover ações para um Governo Digital, digitalizando e automatizando processos administrativos e o acesso aos serviços públicos pelos cidadãos, garantindo transparência e qualidade a todos.

1.3 Otimizar a gestão dos contratos e do patrimônio público através do inventário e da venda de propriedades governamentais, privatizações estratégicas e revisão eficiente de contratos.

A administração pública infelizmente é marcada pela falta de eficiência no uso dos recursos públicos, com contratos onerosos e patrimônio subutilizado. A realização de um levantamento de ativos é fundamental para a identificação de fontes de economia e geração de receitas.

Além disso, melhorará a execução dos serviços que estão sob a responsabilidade da prefeitura de Ourilândia do Norte, proporcionando uma gestão mais eficiente e transparente.

PROPOSTAS:

- Realizar um inventário completo do patrimônio imobiliário da prefeitura municipal de Ourilândia do Norte, avaliando cada imóvel quanto à sua subutilização ou desocupação e realizando a venda de todos que possam ser melhor aproveitados diretamente pela sociedade.

- Implementar um programa de privatizações e concessões de equipamentos e serviços públicos otimizando a gestão e o desempenho.
- Revisar os contratos em vigor, priorizando os de maior valor, racionalizando as despesas e aumentando a eficiência do gasto público.
- Garantir transparência dos contratos expondo com clareza dados como objeto, valores e forma de pagamento.

1.4 Elaborar um planejamento para o desenvolvimento do município, coordenando políticas públicas com uma visão de longo prazo.

A falta de um planejamento estratégico de longo prazo compromete a capacidade de desenvolver o município. A atuação do poder público sem um planejamento corre o risco de se limitar à manutenção das práticas atuais ou de realizar ações descoordenadas, sem alinhamento com a vocação da cidade.

É preciso saber aonde se quer chegar para orientar toda a atuação da Prefeitura de Ourilândia do Norte. Essencial, portanto, identificar os principais desafios da cidade e definir quais merecem ser atacados, em qual ordem e quais são as metas a serem alcançadas. A partir desse diagnóstico, deve-se definir um plano coordenado entre todas as pastas da Prefeitura com diretrizes claras de ação. Esse planejamento é que orientará o desenvolvimento da nossa cidade, aproveitando as oportunidades de crescimento e mirando em um futuro melhor para Ourilândia do Norte.

PROPOSTAS:

- Identificar os principais potenciais, desafios e entraves da cidade em colaboração com entidades empresariais, sociais e institutos de pesquisa.
- Criar uma visão de longo prazo para a cidade, estabelecendo metas atingíveis e criando diretrizes para ações, respeitando a liberdade de mercado e individual.
- Elaborar e implementar um plano de ação que remova os entraves identificados, permitindo o livre desenvolvimento das potencialidades da cidade.

2. FINANÇAS PÚBLICAS

O funcionamento de todas as políticas públicas municipais depende da saúde financeira da Prefeitura. Quando não há uma boa gestão financeira, o desenvolvimento urbano estagna, os serviços públicos essenciais sofrem com a

falta de insumos e os salários dos servidores públicos ficam ameaçados por atrasos. O acúmulo de dívidas cria uma bola de neve, tornando necessário um ajuste fiscal cada vez mais rigoroso.

O populismo enraizado na política brasileira leva os políticos a tomarem decisões de curto prazo que geram benefícios imediatos em termos de votos, mas que plantam as sementes do desastre fiscal no longo prazo. É essencial que tanto os políticos quanto os eleitores compreendam as consequências dessas decisões e reconheçam que o cuidado com as finanças locais está diretamente ligado ao bem-estar da população e das próximas gerações da nossa cidade.

Além disso, é importante destacar que ajustar as contas apenas pelo lado da receita, por meio de aumentos de impostos, não é uma solução sustentável. O aumento indiscriminado de impostos afasta empresas e investidores, provocando a queda da arrecadação, o que tende a agravar a crise fiscal.

2.1 Revisar, simplificar e digitalizar os processos internos e de atendimento ao público, para uma gestão eficiente da máquina pública.

As principais atribuições da Secretaria da Fazenda estão relacionadas à gestão dos recursos financeiros do município e à geração de receita, especialmente na cobrança de impostos.

Além disso, a estrutura administrativa fazendária é responsável pela emissão de certidões e outras informações necessárias para os moradores e empresas situadas no município de Ourilândia do Norte, algumas, inclusive, de grande sensibilidade, como certidões negativas de débitos tributários municipais, cuja não obtenção pode impedir as empresas sediadas no município de receberem pagamentos em contratos públicos.

Assim, processos de pagamento de impostos, regularização fiscal e obtenção de documentos oficiais devem ser simples e ágeis, dispensando a presença física ou a documentação em papel.

PROPOSTAS:

- Revisar e atualizar o Código Tributário, simplificando regras, reduzindo risco de litígios e incertezas fiscais e modernizando o sistema de pagamento de impostos e taxas.

- Facilitar o atendimento ao público, digitalizando sistemas e unificando locais de atendimento físico.
- Simplificar e digitalizar os processos internos, reduzindo custos, acelerando o atendimento e permitindo o rastreamento de decisões.

2.2 Implementar boas práticas de elaboração e execução do orçamento para assegurar estabilidade e previsibilidade fiscal.

Orçamentos desequilibrados e previsões de receita imprecisas são fatores que podem precipitar crise fiscal no município. Por isso, a adoção de boas práticas na elaboração e execução do orçamento é vital para garantir uma gestão fiscal estável e previsível, evitando surpresas fiscais desagradáveis.

O orçamento de Ourilândia do Norte, sendo a espinha dorsal da execução de políticas públicas, orienta as ações municipais ao longo do ano e deve ser elaborada com responsabilidade. Não é correto superestimar receitas para justificar maiores gastos, ignorando as consequências de longo prazo. Essas práticas comprometem a integridade e a eficácia da gestão fiscal, ressaltando a necessidade de uma abordagem mais prudente e transparente no manuseio das finanças públicas da nossa cidade.

PROPOSTAS:

- Estimar a arrecadação com base em projeções históricas e expectativas técnicas sobre o desempenho econômico do ano seguinte.
- Mapear um plano de contingenciamento de despesas, isto é, de limitação das despesas para evitar desequilíbrio financeiro, para ser implementado em casos de frustração de arrecadação ou necessidade de remanejamento de gastos.
- Elaborar um fluxo de caixa das despesas municipais, dando previsibilidade para a execução orçamentária anual.

2.3 Implementar estratégias para aumentar a receita sem aumentar impostos, reforçando o caixa do município.

Aumentar a receita do município sem elevar impostos é um objetivo importante, que pode trazer benefícios significativos em tempos desafiadores. Encontrar fontes de receita extraordinária pode dar o fôlego necessário ao caixa da cidade, permitindo investimentos e abatimento de dívidas. Embora as possibilidades variem, existem estratégias aplicáveis a todas as cidades que podem ter um

impacto relevante, em especial por meio de ganhos financeiros e pela alienação de imóveis públicos desocupados ou subutilizados.

A criatividade e a inovação na gestão municipal são essenciais para identificar e implementar essas soluções, adaptando-as às necessidades e características específicas da nossa cidade.

PROPOSTAS:

- Implementar medidas de incentivo à formalização, como a Lei de Liberdade Econômica, regularização fundiária, e a educação da população para o empreendedorismo.
- Renegociar dívidas de contribuintes inadimplentes, sem criar desvantagens àqueles que pagaram suas obrigações em dia, buscando a regularização fiscal.
- Aperfeiçoar o cálculo do Valor Adicionado Fiscal para aumentar a precisão dos repasses de ICMS ao Município de Ourilândia do Norte.
- Implementar na Legislação Municipal incentivo fiscal para que empresas de médio e grande porte possam se instalar no município de Ourilândia do Norte, aumentando a arrecadação própria, gerando emprego e renda.

2.4 Estabelecer medidas de otimização de despesas, reduzindo gastos e promovendo eficiência na gestão dos recursos públicos.

O controle de gastos excessivos é essencial para prevenir déficits orçamentários que prejudicam a oferta de serviços essenciais. Implementar medidas de otimização de despesas é fundamental para o nosso município, objetivando não apenas economia imediata, mas também uma gestão financeira mais eficiente e sustentável. Essas ações contribuem para um impacto duradouro e positivo na saúde fiscal, assegurando uma administração responsável dos recursos públicos.

PROPOSTAS:

- Revisar políticas públicas, benefícios e isenções para efetividade em relação aos objetivos pretendidos, avaliando a eliminação de despesas em medidas que não cumpriram suas metas.
- Renegociar e reestruturar dívidas com credores.

- Renegociar custos bancários para cobrança, pagamentos e gestão das contas da cidade.

2.5 Cobrar impostos e taxas sem distorções e defasagens, de forma transparente.

A população frequentemente enfrenta aumentos nos impostos e taxas cobradas pelos municípios, o que gera descontentamento e dúvidas sobre a justiça dessas cobranças. Por isso, é importante ter um sistema de cobrança transparente e livre de distorções, onde a população possa compreender claramente a razão por trás dos valores cobrados e questionar a racionalidade dos cálculos. Ressaltamos que os ajustes e alterações nos cálculos de taxas e tributos não devem aumentar a c

arga tributária geral, mas apenas reduzir ou eliminar distorções ou cálculos e critérios inadequados.

PROPOSTAS:

- Atualizar a planilha de valores de referência do IPTU, atualização anual da planta genérica para cobrar um valor venal justo dos contribuintes.
- Revisar o cálculo de taxas municipais para usar indicadores e cálculos modernos e equilibrados com o custo dos serviços prestados.
- Dar transparência ao cálculo do IPTU e de taxas municipais, para que a população entenda a cobrança, e dificultar aumentos de arrecadação via mudanças ocultas no cálculo interno.

3. FISCALIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

São atribuídos aos municípios diversos deveres de fiscalização, desde a velocidade no trânsito até a vigilância sanitária. Também é de sua responsabilidade autorizar várias atividades, como a emissão de alvarás de funcionamento e algumas licenças ambientais. Além disso, os entes municipais cobram impostos e têm despesas das mais diversas para operar seus sistemas de saúde, educação, saneamento básico, entre outros.

Os municípios, portanto, têm uma estrutura administrativa própria e executam parte do orçamento público nacional desempenhando funções essenciais para os cidadãos. Sendo assim, tratar de fiscalização, transparência e combate à corrupção na esfera municipal é fundamental, iniciando pela mitigação das condutas desviantes dos próprios agentes públicos municipais.

Para isso, o município pode, em primeiro lugar, prevenir a corrupção implementando políticas e práticas que reduzam as oportunidades para tais atos. Isso inclui a adoção de procedimentos administrativos eficientes e transparentes. Ao aumentar a transparência e estabelecer normas claras de conduta, os municípios facilitam a identificação de atos corruptos. Quanto menos obstáculos burocráticos, menos oportunidades de corrupção.

É preciso também avançar nos programas de integridade no setor público, definindo padrões de condutas éticas para os servidores e as empresas que se relacionam com a administração pública. Por fim, é necessário aumentar a eficiência dos sistemas de controle interno dos municípios, apoiando os gestores a tomarem melhores decisões e auditando os gastos públicos, percebendo e sanando irregularidades de forma mais célere.

Desta forma, o município aumenta a sua capacidade de aplicar sanções administrativas a indivíduos que desrespeitam leis e códigos de ética municipais e demonstra o seu comprometimento com o combate à corrupção e à impunidade, promovendo uma gestão pública mais eficaz e digna de confiança.

3.1 Aprimorar e eliminar leis e normas desnecessárias, digitalizando e automatizando sistemas, para reduzir subjetividades e burocracias que dão origem a oportunidades de corrupção.

Regras em excesso, complexas e subjetivas, são o terreno perfeito para corruptos, pois quanto mais dificuldades existirem, mais vantajoso será oferecer uma facilidade de forma irregular.

O Brasil é um país repleto de burocracias, que ao longo das últimas décadas só se expandiram. Precisamos reverter essa direção, revisando as normas, mantendo apenas as exigências necessárias e digitalizando e automatizando os processos administrativos.

PROPOSTAS:

- Implementar programa de revisão e atualização de leis e normas municipais com foco em reduzir interpretações subjetivas e trazer mais clareza e evidências técnicas nas análises submetidas ao poder público, estabelecendo um prazo específico para que essa revisão seja concluída.
- Reduzir a burocracia e regulamentações que exigem autorização do poder público para a realização de atividades privadas, especialmente em áreas consideradas de baixo risco, para eliminar potenciais focos de corrupção.
- Aderir à Lei de Governo Digital (LGD) e regulamentar sua aplicação, criando base normativa que incentive a digitalização de procedimentos burocráticos e de serviços públicos com ênfase no aumento da eficiência pública.
- Digitalizar e automatizar os sistemas e processos, incluindo a gestão de filas de acesso a serviços públicos e a tramitação de documentos, visando aumentar a transparência e a eficiência e eliminar favorecimentos e casos de corrupção.

3.2 Criar ou aprimorar mecanismos de transparência e boa governança pública na gestão municipal.

A transparência é um dever do Estado e é muito importante para aumentar a chance de que irregularidades sejam detectadas, desincentivando a corrupção. Também é fundamental para aumentar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos e às decisões que estão sendo tomadas pela Prefeitura.

Já existem diversas leis federais que criam mecanismos de transparência, mas muitas cidades não as implementaram plenamente, possuindo Portais da Transparência pouco amigáveis, pouco acessíveis e com sistemas que precisam ser aperfeiçoados.

Por isso, o foco da atuação municipal é garantir a implementação plena da transparência ativa e passiva, contribuindo para a fiscalização pela sociedade e pelos órgãos de controle das ações da Prefeitura.

PROPOSTAS:

- Garantir a transparência dos atos administrativos e normas por meio da do diário oficial eletrônico, da consolidação e disponibilização de todas as normas legais e infralegais aplicáveis no âmbito municipal, e da divulgação de

informações sobre o processo legislativo municipal, facilitando o controle do cidadão sobre seus governantes.

- Aperfeiçoar os mecanismos de transparência ativa por meio da atualização do portal da transparência municipal, no qual deve haver dados sobre as contas públicas, informações de contato, relatórios de auditoria, salários e verbas indenizatórias e outras informações, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e com a regulamentação aplicável.
- Aperfeiçoar os mecanismos de transparência passiva por meio da implementação de canal específico que possibilite ao cidadão requisitar e receber informações e documentos, acompanhar prazos e apresentar recursos por meio eletrônico, garantindo sua privacidade aos moldes da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (FalaBR).
- Regular a Lei de Acesso à Informação (LAI), disposta na Lei 12.527/2011, por meio de decreto, que trata da operacionalização da norma federal em âmbito municipal, ou de lei específica, que poderá ir além da legislação federal prevendo a disponibilização de um rol maior de informações e de mecanismos que garantam maior efetividade à transparência governamental.
- Instituir política de dados abertos, nos moldes do Decreto 8.777/2016 do Governo Federal, e realizar consultas e revisões periódicas para aprimorar os sistemas de acordo com as principais demandas da sociedade.

3.3 Instituir boas práticas de integridade e prevenção à corrupção junto ao funcionalismo público e empresas em contrato com a prefeitura.

Atualmente, percebe-se um importante crescimento de programas de integridade no setor público, definindo e incentivando padrões de condutas éticas a serem seguidas pelos servidores e pelas empresas que se relacionam com o poder público.

Nesses programas são desenvolvidos canais de denúncias, limites de valores para presentes institucionais, regras para comunicação formal com terceiros, presenças em reuniões, entre outras situações, de modo a prevenir a ocorrência da corrupção e dar autonomia para os servidores bem intencionados em combatê-la.

Por isso, além de dar o exemplo com leis e sistemas de transparência, é preciso criar regras claras para todos os envolvidos com a máquina pública, criando

práticas que dificultam a ação de corruptos e aumentam as chances de que estes sejam pegos.

PROPOSTAS:

- Criar um Código de Integridade e Conduta tanto para o funcionalismo público quanto para empresas que mantêm grandes contratos com a Prefeitura, com capacitação e treinamento frequentes, visando assegurar práticas éticas e responsáveis, incluindo a regulamentação e a definição de potenciais conflitos de interesse.
- Estabelecer um canal de denúncias para que cidadãos e servidores possam reportar irregularidades de forma anônima, com a possibilidade de apresentar provas. Esses canais deverão ser monitorados por um corpo investigativo independente e sujeitos a auditorias externas.
- Definir e implementar critérios e procedimentos específicos para a ocupação de cargos e funções comissionadas, promovendo a nomeação de agentes com experiência profissional e acadêmica compatíveis com as necessidades públicas e vedando a nomeação de agentes em conflito de interesse.

3.4 Aprimorar o controle interno no município, fortalecendo mecanismos de fiscalização e combate a irregularidades, especialmente em contratos e aquisições, com a possibilidade de contratar auditorias privadas.

O controle interno da Administração Pública cumpre um papel fundamental no apoio à tomada de decisões corretas pelos gestores públicos. Além de agir de maneira prescritiva, indicando as melhores práticas, realiza auditorias e fiscalizações da execução orçamentária, em especial dos desembolsos nos contratos públicos, buscando perceber e sanar irregularidades com agilidade, evitando o agravamento do prejuízo ao cofre municipal.

Assim, além dos procedimentos de prevenção que descrevemos anteriormente, é necessário fortalecer o corpo especializado em investigar denúncias e auditar os contratos e as obras do município, de modo que sua atuação, tanto preventiva quanto consultiva e corretiva, seja mais eficaz. Neste contexto, a possibilidade de contratar auditorias privadas se insere como uma alternativa. Essa abordagem não apenas aumenta a capacidade de análise e fiscalização, mas traz uma perspectiva externa que pode identificar pontos cegos nos processos

internos, garantindo, assim, maior transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

PROPOSTAS:

- Investigar denúncias e fiscalizar contratos em andamento, tanto da gestão atual como das passadas, com indícios de irregularidades e avaliar a possibilidade de contratar auditorias privadas.
- Centralizar o processo de compras e aquisições em uma única área ou secretaria especializada, com treinamento para a equipe e ferramentas de fiscalização dos processos, reduzindo o espaço para a corrupção.

4. HABITAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO

É competência legal do município planejar e gerenciar o desenvolvimento da cidade, o que envolve definir o zoneamento urbano e organizar o crescimento das cidades, para que ele ocorra de forma ordenada, assegurando o funcionamento de serviços como transporte, saúde, educação e saneamento básico. Também é de competência municipal a política de habitação, focada em promover o acesso à moradia e criar ambientes urbanos mais inclusivos.

Esse poder de planejamento é muitas vezes contraproducente, uma vez que o excesso de regras e o dirigismo estatal acabam criando inúmeros obstáculos ao desenvolvimento do município. Nossas propostas vão na direção contrária, permitindo maior liberdade para que a própria cidade, por meio de seus moradores e empreendedores, defina a melhor forma de se organizar

Para combater o desafio da insegurança habitacional presente no município de Ourilândia do Norte, é essencial restaurar o direito de propriedade privada na cidade. Isso começa pela regularização de terras, o que tenderá a beneficiar mais as camadas mais pobres ao lhes dar propriedade formalizada, que pode ser comercializada livremente e por um valor mais alto que o da terra irregular. Além disso, o imóvel regular serve de lastro para crédito, o que lhe confere liquidez e segurança jurídica para transações a prazo.

Após isso, várias outras medidas precisam ser implementadas, como a redução das limitações do uso do solo, a revisão dos zoneamentos urbanos, mitigando

restrições e ampliando a liberdade para empreender e incorporar edificações aos terrenos, e a simplificação da obtenção de autorizações para a realização de medidas necessárias à revitalização das áreas centrais das cidades.

4.1 Regularizar as propriedades do município, garantindo o direito de propriedade a todo cidadão.

A ausência de título de propriedade deixa as pessoas que habitam os imóveis irregulares na insegurança habitacional, podendo ser despejadas a qualquer momento. Outra consequência é a falta de investimentos em infraestrutura e equipamentos públicos na região e a construção de residências precárias, prendendo essas populações ao ciclo da pobreza.

Regularizar essas terras é integrar populações marginalizadas à economia formal, facilitar a geração de riqueza e combater o crime.

PROPOSTAS:

- Atualização do Plano Diretor Municipal.
- Implementar um programa de regularização fundiária, com custos reduzidos para famílias de baixa renda, autorizando a comercialização de imóveis (terrenos e construções) mesmo que a construção não possua Habite-se, promovendo o desenvolvimento econômico e combatendo o crime ao levar instituições e regularização para territórios marginalizados.
- Digitalizar e integrar os dados cartográficos da cidade, utilizando georreferenciamento para uma melhor gestão do território.

4.2 Desburocratizar as regras de construção civil, reduzindo custos e ampliando as obras e investimentos no município.

Exigências desnecessárias e processos burocráticos excessivos ou lentos para obtenção de autorizações para construir encarecem os imóveis regulares e em regiões centrais das cidades. Com o aumento dos preços, as populações residentes nos locais se veem obrigadas a se mudar para imóveis irregulares ou mais distantes dos centros urbanos caso não consigam mais arcar com os valores necessários para morar com qualidade.

Além disso, as limitações para construção impedem o melhor aproveitamento do solo, de modo que as cidades tendem a se espalhar, criando problemas de mobilidade e até a exclusão de populações mais pobres.

A solução passa pela promoção do adensamento urbano racional, o aumento da concentração de habitantes em determinadas áreas das cidades, promovido por meio da liberdade do uso da propriedade privada, e de um processo de desenvolvimento urbano que atenda às necessidades das pessoas.

PROPOSTAS:

- Reduzir ou eliminar as exigências para as áreas internas das edificações permitindo o barateamento dos custos de construção e o uso de formas padrão em diversos empreendimentos.
- Atualização do código de postura, elaboração do código de edificação e/ou construção e urbanismo e automatizar os processos de aprovação de projetos.
- Revisar a legislação municipal de zoneamento urbano vigente, a partir de critérios de perturbação, poluição, risco e necessidade de adaptações específicas da cidade, com o objetivo de promover um melhor desenvolvimento da cidade e distribuição de residências e empresas.

4.3 Promover programas de moradia popular, buscando reduzir ou eliminar o déficit habitacional.

Além de facilitar a construção em geral, o que no longo prazo contribui para solucionar o déficit habitacional, existe a demanda atual de uma política de moradia popular.

As restrições e os custos para construção nas áreas centrais das cidades têm resultado na implantação de programas de habitação social em áreas mais distantes dos centros urbanos e das infraestruturas essenciais.

Propõe-se, então, reorientar a política de moradia popular, ampliando o uso do aluguel social de imóveis em regiões mais centrais, que facilitem o deslocamento das populações vulneráveis ao trabalho, o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, e também a vivência da cidade.

PROPOSTAS:

- Promover políticas de construção de unidades habitacionais voltadas à população de baixa renda dentro dos centros urbanos, podendo fazer uso de isenções fiscais temporárias ou benefícios urbanísticos como aumento do potencial construtivo e o direito de transferir esse potencial para empreendimentos em outras regiões da cidade.

- Implementar o Aluguel Social, um subsídio de aluguel para auxiliar pessoas de baixa renda e populações vulneráveis a poderem locar imóveis de acordo com suas necessidades.

4.4 Compartilhar a gestão, o desenvolvimento e a manutenção de espaços públicos com empresas ou associações privadas locais.

Os moradores locais e negócios próximos a um espaço público são os maiores beneficiados por esses espaços. Muitas vezes, eles possuem muito mais conhecimento local, agilidade e criatividade para a gestão de tais espaços do que a gestão centralizada da Prefeitura.

Por isso, precisamos criar políticas que permitam que esses moradores e comerciantes tenham a possibilidade de gerir e melhorar esses espaços, contribuindo para um desenvolvimento urbano mais inteligente, individualizado e com qualidade.

PROPOSTAS:

- Expandir e implementar leis que permitam a adoção de espaços públicos, como praças e parques, por meio de financiamento coletivo, associações de bairro e atividades econômicas.
- Estabelecer Zonas de Melhoria de Negócios (Business Improvement Districts) onde comerciantes e proprietários possam colaborar para o desenvolvimento e manutenção de espaços públicos

5 GERAÇÃO DE EMPREGO E COMPETITIVIDADE

Os municípios desempenham um papel de grande relevância na criação de um ambiente propício ao crescimento de negócios e à atração de investimentos. Eles têm uma função fundamental para remover as barreiras desnecessárias e simplificar as remanescentes para os empreendedores de qualquer porte. A Prefeitura também pode implementar infraestrutura adequada e fomentar a educação profissionalizante e técnica, alinhada às demandas do mercado local. Parcerias público-privadas podem ser essenciais nesse contexto, assim como a participação ativa dos municípios em redes de cooperação intermunicipal, visando ao desenvolvimento de polos econômicos regionais.

O município precisa buscar ser o mais competitivo possível, atraindo investimentos e facilitando a geração de emprego. Isso passa por criar um ambiente de negócios simples, rápido, barato e previsível e pela busca ativa para atrair investidores para a cidade.

Por fim, nas zonas rurais é importante regularizar os títulos de propriedade, para garantir aos produtores meios para proteger sua terra, trabalhar para melhorar e ampliar a infraestrutura usada para o escoamento da produção, fomentar a capacitação da mão de obra especializada e reduzir as burocracias para ampliação da cobertura de internet banda larga, de modo a intensificar o uso de tecnologia no agronegócio.

5.1 Simplificar processos e leis e implementar políticas para fortalecer a livre concorrência, estimulando a abertura de empresas e a geração de emprego.

O aumento do número de negócios e da capacidade produtiva das empresas instaladas no município é fundamental para a geração de empregos e aumento da renda da população. A disposição para investir, contudo, depende da segurança do empreendedor de que o poder público não será mais uma dificuldade ao seu negócio.

A insegurança jurídica e a falta de regras claras e processos simples torna o município menos competitivo em relação aos demais, fazendo com que os empresários optem por se instalar em outros territórios, e isso deve ser combatido.

Assim, propõe-se que a Prefeitura observe as melhores práticas de desburocratização, simplificação, fortalecimento da livre concorrência e tenha a facilitação da abertura e desenvolvimento das empresas como diretrizes de atuação.

PROPOSTAS:

- Utilizar o Índice de Concorrência dos Municípios, do Governo Federal, como uma lista de recomendações a serem implementadas para tornar a cidade mais competitiva.
- Revisar e atualizar os códigos municipais, incluindo os de Posturas, Tributário, Ética e outros, para garantir que sejam simples, claros e alinhados às práticas modernas e às necessidades atuais.

- Aprovar e implementar a Lei de Liberdade Econômica no município, reduzindo ou eliminando a necessidade de alvarás, instituindo o conceito de baixo risco e simplificando a abertura e a operação de empresas.
- Manutenção da Sala do Empreendedor, onde a população possa encontrar todos os serviços e suportes necessários para abrir e gerir suas empresas, principalmente em regiões periféricas.
- Aprovar e implementar uma legislação de Sandbox Regulatório, criando um ambiente de teste de inovações entre entes privados, incentivando inovação e aumentando a produtividade da economia.
- Promover o uso de Zonas de Melhoria de Negócios (Business Improvement Districts), permitindo a coordenação entre empresas para o desenvolvimento de áreas da cidade, impulsionando o comércio, a segurança, o lazer, o desenvolvimento urbano e o turismo.

5.2 Facilitar o exercício de atividades profissionais e acesso ao emprego.

A ampliação do emprego no município também depende de políticas focadas no contingente de pessoas desempregadas e com disposição para trabalhar. A Prefeitura deve ser a ponte entre o trabalhador capacitado e a vaga de emprego aberta.

Da mesma forma, o poder público não pode ser entrave para a atividade profissional, exigindo registros e licenças adicionais de trabalhadores autônomos para a comercialização de produtos e serviços lícitos.

Por fim, é válido o estudo de programas específicos de capacitação profissional, quando for identificado que a falta de habilidades técnicas é um entrave para a recolocação profissional das pessoas do município.

PROPOSTAS:

- Facilitar a empregabilidade dos cidadãos, implementando centrais e feirões do emprego, bem como outras atividades que conectem a população desempregada às vagas disponíveis.
- Implementar programas de educação e treinamento profissionalizante, em parceria com a iniciativa privada, sistema S e outros órgãos estaduais e federais, para qualificar a população de acordo com demandas de mão de obra do município;

- Reduzir as burocracias, registros e barreiras para o exercício de atividades profissionais.

5.3 Implementar medidas de atração de grandes projetos de negócios.

A recepção de grandes negócios, como indústrias de maior porte e parques industriais, em um município costuma ser motivo de disputa entre os gestores públicos, porque esses empreendimentos geram um grande volume de postos de trabalho direta e indiretamente e elevam a renda e o dinamismo econômico da região. Essas empresas, contudo, tendem a se alocar em cidades com melhor infraestrutura instalada, com disponibilidade de mão de obra qualificada e com regras mais simples e menos burocráticas.

Assim, para que o município de Ourilândia do Norte receba esses negócios, além de alterar regras que ampliem a competitividade, é preciso que a Prefeitura atue como uma representante comercial da cidade. É necessário instalar uma política de atração de investimentos com metas claras, mapeamento dos principais setores econômicos da cidade e se fazer presente em ambientes corporativos para promover e divulgar a cidade e seus avanços institucionais.

Em municípios com vocação exportadora, ainda é possível pleitear que seja implantada uma Zona de Processamento de Exportação englobando o município e, com isso, beneficiar-se de um regime simplificado de tributação e liberação de mercadorias para empresas que se dedicam exclusivamente à exportação de bens e serviços.

PROPOSTAS:

- Ter uma gestão ativa na atração de investimentos, elaborando guias de investimentos, indo em eventos e contatando empresas, associações, federações, e demais entidades do setor produtivo para promover as vantagens competitivas da cidade.
- Planejar e executar projetos de parques industriais em parceria com o setor privado, considerando a vocação geográfica, logística e estrutural da cidade.

5.4 Garantir a segurança da propriedade privada e apoiar as operações agropecuárias.

A agropecuária é uma parte fundamental da economia brasileira. Reconhecendo essa realidade, é importante que a esfera municipal atue para incentivar a

produtividade nas zonas rurais do município. Isso depende, principalmente, da regularização dos títulos de propriedade rural, o que garante ao produtor meios de defesa de sua propriedade e produção.

É importante que a Prefeitura também trabalhe para fomentar a melhoria e a ampliação da infraestrutura usada para o escoamento da produção. Para tanto, pode-se dialogar com os agropecuaristas da região para que doem as obras ou os projetos de engenharia para o município ou façam a adesão a programas de investimento privado em ativos públicos, como de crédito outorgado de ICMS.

Por fim, é importante criar programas para a capacitação dos produtores e buscar reduzir as burocracias para a ampliação da cobertura de internet banda larga no município, de modo a intensificar o uso de tecnologia no agronegócio.

PROPOSTAS:

- Trabalhar na regularização de terras e na emissão de escrituras, garantindo a legalidade e a segurança jurídica dos imóveis.
- Manter maquinário permanentes distribuídos em zonas específicas de forma a dar o direito de ir e vir dos moradores da zona rural, com infraestrutura (estradas e pontes) adequada para o escoamento de produção, seja através da prefeitura ou de programas que viabilizem investimentos privados no ativo público, como por meio de doações dos empresários locais.
- Estabelecer parcerias para oferecer educação e suporte aos agricultores, especialmente os pequenos produtores, em técnicas de manejo, gestão de negócios e participação em licitações.
- Aquisição de uma área rural para instalação definitiva da Secretaria Municipal de Agricultura, com espaço suficiente para instalação de horta comunitária, reprodução de mudas de cacau, açaí e outros, e espaço para reprodução de alevino, fortalecendo assim a agricultura familiar e o produtor rural no município de Ourilândia do Norte.
- Reduzir as barreiras para instalação de infraestrutura necessária para internet e tecnologias voltadas à agricultura.

6. MOBILIDADE

O município é responsável por planejar, gerenciar e executar políticas de transporte coletivo público urbano que atendam às necessidades de deslocamento da população de forma eficiente. Sobre os sistemas de transporte público coletivo, debate-se atualmente arranjos que segregam as operações de bilhetagem, operação dos ônibus e gestão da estrutura de rodagem, terminais e pontos de parada, permitindo que cada operador foque no que é mais eficiente.

A mobilidade, porém, não se limita ao transporte público: envolve a implantação de políticas de segurança no trânsito e a promoção de modais não motorizados como bicicletas e caminhadas, bem como a implementação de infraestrutura adequada, como ciclovias e calçadas acessíveis.

Por fim, é importante ressaltar que a mobilidade é afetada por políticas públicas de habitação, planejamento urbano e geração de emprego, devendo ser critério para tomada de decisão pública também nessas áreas.

6.1 Promover a segurança no trânsito, reduzindo acidentes, lesões, óbitos e prejuízos.

A elevada incidência de acidentes, lesões, óbitos e prejuízos financeiros relacionados ao trânsito evidencia a necessidade de abordagens eficazes para mitigar esses problemas. Sendo assim, é essencial adotar estratégias para promover a segurança no trânsito, aprimorando as habilidades das equipes de gestão de tráfego ou estabelecendo parcerias com institutos especializados. Essencialmente, isso envolve a criação de mapas detalhados dos pontos críticos de acidentes e a implementação de intervenções urbanísticas baseadas em análises técnicas e de risco. Tais ações visam diminuir a ocorrência de acidentes, promovendo um ambiente de trânsito mais seguro.

PROPOSTAS:

- Elaborar o plano de mobilidade urbana.
- Estruturar os dados de trânsito, permitindo aplicar inteligência sobre as decisões de gestão de tráfego.

- Elaborar um mapa de pontos de calor de acidentes de trânsito e locais de risco a partir de dados de acidentes e outras avaliações urbanísticas, para fundamentar intervenções.
- Implementar intervenções urbanísticas para a redução de riscos e acidentes, baseadas em critérios técnicos e mapeamento de riscos.
- Investir na capacitação da equipe de servidores responsáveis pela gestão de tráfego, se existir, ou elaborar parcerias com institutos especializados para o diagnóstico da segurança no trânsito e planejamento de intervenções.
- Realizar um projeto e revitalizar o centro da cidade com instalações de semáforos e sinalização adequada, retirando se necessário os quebra-molas realizados em locais impróprios e em dimensão inadequada com a legislação.

6.2 Promover novas alternativas ao uso do carro, diversificando a rede de transporte e reduzindo o trânsito e o tempo de deslocamento.

A crescente dependência do carro como meio de transporte individual resulta em congestionamentos intensos, aumento da poluição do ar e tempo de deslocamento prolongado. Diante desse cenário, faz-se necessário promover alternativas ao uso do carro, o que costuma passar pela diversificação dos modais que operam nas cidades.

Uma regulamentação segura e simplificada de transportes alternativos, como vans e serviços baseados em tecnologia (motoristas de aplicativo, patinetes e bicicletas), a criação de ciclofaixas e/ou ciclovias, baseadas em estudos técnicos, são exemplos que podem incentivar o uso de novos modais.

PROPOSTAS:

- Autorizar uma regulamentação que garanta segurança jurídica e simplifique a operação e a expansão de transportes alternativos, como vans, e serviços baseados em tecnologia, como motoristas de aplicativo, patinetes e bicicletas, facilitando e apoiando inovações no setor.
- Incentivar o uso de modais como a bicicleta e o patinete, através da implementação de ciclofaixas, orientada por estudos técnicos que avaliem os benefícios de intervenções.

7. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

As cidades brasileiras são responsáveis pela construção e manutenção de vias públicas, oferta de serviços essenciais, como saneamento básico e iluminação pública, e pela promoção de políticas que incentivem o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população local. Ainda, os municípios podem buscar parcerias com os governos estadual e federal, assim como com a iniciativa privada, para viabilizar investimentos em infraestrutura que atendam às necessidades da população.

Acontece que a maioria dos municípios brasileiros estão em restrição fiscal, de modo que não conseguem financiar a expansão da infraestrutura pública. Considerando essa realidade, parcerias com o setor privado são essenciais, permitindo que as empresas invistam na instalação da infraestrutura, aliviando a pressão sobre os recursos públicos limitados. Nesse sentido, houve um significativo aumento nos últimos anos de parcerias público-privadas voltadas à transformação das cidades em cidades inteligentes (smart cities) por meio da implantação de uma malha inteligente (smart grid), responsável inicialmente pela gestão do parque de iluminação pública municipal, mas que pode integrar soluções de tecnologia que otimizam a prestação de serviços como o transporte público coletivo, a segurança pública e o monitoramento da cidade.

De todo modo, nenhum outro setor de infraestrutura foi tão impactado nos últimos anos quanto o saneamento básico. Após a edição do Marco do Saneamento, houve um expressivo ingresso do setor privado provocado pela necessidade de licitação para a contratação dos prestadores de serviço. Com isso, a prevalência das empresas estatais estaduais tem sido aos poucos substituída por parcerias público-privadas focadas na ampliação da infraestrutura e na melhoria dos serviços.

7.1 Melhorar a capacidade técnica dos servidores e da gestão para elaboração e orçamento de projetos e captação de verbas privadas, estaduais e federais.

A administração pública municipal, em especial em municípios pequenos e nas regiões mais afastadas das capitais e das cidades de médio porte, sofre com a falta de capacitação técnica do seu time de servidores. Com isso, surgem as

dificuldades de elaboração de projetos adequados às normas de engenharia e capazes de serem plenamente executados.

Outra dificuldade é a elaboração e a aprovação de orçamentos de obras, imprescindíveis para acessar fontes de financiamento, seja com organismos internacionais ou em programas da União.

Nesse sentido, melhorar a capacidade técnica e financeira do setor público por meio de consórcios intermunicipais e capacitar as equipes para buscar recursos de diferentes fontes são estratégias que podem impulsionar o crescimento econômico e social das regiões atendidas.

PROPOSTAS:

- Criar consórcios de cidades para a contratação de empresas de projeto, engenharia e outras relacionadas, otimizando custos e elevando o nível técnico dos projetos.
- Capacitar a gestão e equipes técnicas para captar recursos públicos por meio de convênios e editais com o Estado, emendas parlamentares ou projetos em programas de investimento da União.

7.2 Implementar legislação e processos que contribuam para a entrega de obras dentro do orçamento e no prazo planejado.

A recorrência de atrasos nas obras e aditivos contratuais com as empreiteiras para adicionar recursos aos orçamentos de obras públicas impacta negativamente o planejamento das cidades e o dia a dia da população.

Legislações e processos que criem mecanismos para facilitar a conclusão de obras dentro do prazo e dos custos previstos são importantes meios para promover o avanço da infraestrutura municipal e conter o desperdício de recursos públicos.

PROPOSTAS:

- Aprovar legislação de Seguro de Obras, exigindo nas licitações que uma seguradora se comprometa contratualmente a finalizar a obra em caso de necessidade.

- Aprovar legislação de Dispute Boards, onde o contrato de uma obra também assinala um corpo de especialistas independentes que delibera sobre disputas que podem ocorrer nas obras, evitando a judicialização.
- Criar ou expandir consórcios com municípios da região para dividir custos na implementação e manutenção de infraestrutura mutuamente benéfica, como gestão de águas.

7.3 Alcançar a meta de universalização dos serviços de água, coleta e tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos, conforme previsto no Marco Legal do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020).

De acordo com as metas de cobertura e qualidade dos serviços de saneamento básico previstas no Marco Legal do Saneamento Básico, existe uma necessidade urgente de priorizar os investimentos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, bem como a gestão adequada de resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial.

Nossa cidade enfrenta dificuldades na prestação desses serviços, o que traz impactos diretos na qualidade de vida da população, na saúde pública e no meio ambiente. Para cumprir as metas de universalização estipuladas pela legislação, é importante criar mecanismos de prestação regionalizada, como consórcios intermunicipais, planejamentos integrados das regiões e modelar projetos viáveis de parcerias público-privadas, visando atrair investimentos para a ampliação da infraestrutura de saneamento e alinhar incentivos à eficiência com os operadores dos serviços.

PROPOSTAS:

- Elaborar o plano municipal de saneamento, buscando atender às metas de universalização do Novo Marco do Saneamento.
- Unir-se ao bloco local correspondente, caso o governo do Estado regulamente as microrregiões, e trabalhar em conjunto para assegurar uma concessão de qualidade nos serviços de água e esgoto, aproveitando a estrutura regulatória estadual.
- Iniciar uma concessão independente, respeitando os termos do Marco Legal do Saneamento Básico, caso o governo do Estado não tenha criado microrregiões e a cidade possua porte suficiente para sustentar uma operação autônoma de água e saneamento, de acordo com mapeamento técnico.

- Criar uma concessão para o sistema de abastecimento de água e arrecadação da taxa devida.
- Atender à obrigatoriedade de inspeção por agência reguladora por meio de uma agência reguladora estadual ou regional, que deverá observar os parâmetros de desempenho definidos no contrato de concessão.
- Manutenção da delegação para a iniciativa privada a varrição, a coleta e a destinação final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário, em conformidade com as exigências da Lei Federal 14.026/2020.

8. SEGURANÇA PÚBLICA

Embora constitucionalmente a segurança pública seja responsabilidade dos estados e da União, os municípios também podem e devem desenvolver políticas para assegurar a proteção e o bem-estar de seus habitantes, principalmente por meio de três eixos: melhor gestão dos espaços públicos na cidade; apoio na implementação de soluções de prevenção e repressão pelas forças de segurança, a partir do uso de inteligência e tecnologia; e prevenção do crime.

Além disso, é importante lembrar que, além da segurança contra o crime, a proteção de vidas da população também inclui planejamento e resposta a acidentes, ocorrências climáticas e desastres naturais, como enchentes e outros, que são competência de um programa de defesa civil. A gestão pode operar de maneira similar ao combate ao crime, mapeando riscos e desenvolvendo respostas preventivas e reativas para as principais possibilidades de riscos.

Todas as medidas demandam a atuação coordenada entre a equipe encarregada de executar políticas de segurança pública, as forças de segurança, órgãos de persecução criminal (como o Ministério Público) e outras equipes e secretarias da cidade, como a Defesa Civil, a Controladoria e planejamento urbano, educação, saúde e assistência social.

8.1 Produzir e monitorar dados claros e precisos de incidência de crimes, permitindo a focalização e a territorialização das ações de prevenção e combate, especialmente nas regiões mais críticas.

O primeiro passo para prevenir o crime é mapear os locais em que ele prioritariamente ocorre. Isso permite o uso de inteligência e a atuação coordenada com outras secretarias e com o governo do estado e forças policiais, como as polícias Civil e Militar, para resolver os problemas de cada localidade.

Diversas instituições disponibilizam metodologias e softwares para a compilação desses dados e a produção de mapas de calor ou relatórios de inteligência. A utilização e, eventualmente, o aprimoramento dessas ferramentas é fundamental para a eficiência de toda política de segurança pública aplicada no município.

PROPOSTAS:

- Instituir um Observatório de Prevenção da violência, responsável pelo levantamento de dados conectados à criminalidade na cidade e pela coordenação de políticas públicas com as forças de segurança, organizações da sociedade civil e poder público.
- Elaborar um mapa de pontos de calor do crime a partir dos Boletins de Ocorrência, apontando áreas com altos índices de criminalidade, para fundamentar intervenções coordenadas com a área de segurança, urbanismo e Controladoria, assistência social e outros órgãos relevantes da gestão municipal, ou em nível estadual ou federal.
- Compartilhar o mapa de pontos de calor do crime e de áreas com altos índices de criminalidade com a população e outras forças de segurança.
- Aprimorar os canais de denúncia e comunicação com a população, tornando-os mais acessíveis e conhecidos.

8.2 Aumentar a efetividade da gestão municipal na promoção de segurança, inclusive instituindo a Guarda Municipal.

A boa execução de qualquer política pública exige um corpo técnico treinado e capacitado para aplicá-la. No caso da segurança, o município necessita instituir uma Guarda Municipal, para utilizá-la como parte da política de combate ao crime, em especial no patrulhamento ostensivo e na fiscalização de mercadorias que possam ser fruto de receptação, a fim de desarticular o crime organizado.

De todo modo, a participação do município na construção das ações que serão implementadas é fundamental para torná-las efetivas, devendo contribuir com o

levantamento de informações, criação de uma estrutura de inteligência e diálogo constante com os gestores da política de segurança e com as forças policiais.

PROPOSTAS:

- Remanejar a estrutura existente da prefeitura para formar um corpo especializado dedicado a questões de segurança urbana com o objetivo de desenvolver, implementar e gerenciar políticas e estratégias de prevenção ao crime na cidade, trabalhando em colaboração com outras entidades e forças de segurança.
- Instituir a Guarda Municipal, implementar as capacidades concedidas na Lei Federal 13.022/2014, que regulamenta as Guardas Municipais, para que possam desempenhar um papel mais ativo na promoção da segurança nos ambientes urbanos.
- Autorizar o corpo da Guarda Municipal, após a sua instituição para fiscalizar o comércio de produtos com alto risco de serem produto de receptação, combatendo a lucratividade do crime.
- Instalação de câmeras nas principais localidades do município, bancos, escolas e creches, e outros locais de grande circulação.

9. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social busca proteger os indivíduos e as famílias em situação de vulnerabilidade, pessoas cujos direitos básicos foram violados em razão de fatores sociais, econômicos, de saúde, ambientais, jurídicos e psicossociais.

Para um grande contingente de munícipes, começar por conta própria pode ser uma tarefa extremamente árdua, uma vez que suas famílias estão presas em um ciclo de exclusão social. As políticas públicas mais comuns para abordar esses problemas têm um viés assistencialista, frequentemente oferecendo pagamentos ou fornecendo abrigo e alimentos. Isso resulta em uma considerável parcela da população dependente de apoio governamental, perpetuando a pobreza e criando uma dependência dos programas do governo.

Crucial, portanto, repensar a abordagem da assistência social, focando em programas com evidências de resultado, em que os beneficiários conseguiram melhorar a situação econômica e social e sair da vulnerabilidade.

Para uma gestão municipal eficaz na área de assistência social, é fundamental adotar abordagens que vão além da ajuda imediata, concentrando-se na capacitação e na promoção da independência financeira e social dos beneficiários. A assistência social deve ser vista como uma “porta de saída” para que as pessoas em situação de vulnerabilidade possam superar suas dificuldades e se tornarem autossuficientes.

Além disso, a gestão municipal deve priorizar a avaliação constante dos programas em execução, garantindo que eles estejam atingindo os objetivos propostos e contribuindo efetivamente para a emancipação das pessoas vulneráveis. A coleta de indicadores e dados sobre o progresso dos beneficiários é fundamental para orientar a tomada de decisões e ajustar as políticas de assistência social de acordo com as necessidades locais.

9.1 Desenvolver diagnósticos sociais detalhados dos territórios para identificar suas características específicas.

No contexto atual, muitos territórios enfrentam desafios complexos relacionados à pobreza, falta de acesso a serviços essenciais e problemas sociais, como gravidez na adolescência, desemprego, população em situação de rua e demandas de atendimento aos idosos. Para enfrentar essas questões, o objetivo principal é desenvolver diagnósticos socioterritoriais, a fim de identificar suas características únicas e, assim, direcionar políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Essa abordagem busca identificar as raízes dos problemas, garantindo que as intervenções sejam adaptadas às necessidades específicas de cada localidade.

PROPOSTAS:

- Elaborar um diagnóstico socioterritorial para mapear as necessidades e potencialidades dos territórios, com o objetivo de desenvolver políticas públicas mais assertivas e inclusivas.
- Reforçar o atendimento a indivíduos e famílias em situação de risco social e pessoal, com foco na garantia de seus direitos básicos e autonomia.

9.2 Facilitar o acesso a serviços e benefícios sociais para pessoas em situação de vulnerabilidade, visando garantir direitos básicos e promover autonomia.

Tipicamente, indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade têm dificuldade de acessar programas de assistência por falta de informação e limitações geográficas ou tecnológicas.

Essa situação acaba perpetuando ciclos de pobreza e exclusão, tornando difícil para essas pessoas melhorarem suas condições de vida de maneira autônoma.

Quando um indivíduo vulnerável faz seu registro no Cadastro Único, portas para programas de assistência e de segurança alimentar, como hortas comunitárias, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, acabam se abrindo. As hortas comunitárias promovem a produção local de alimentos, enquanto os bancos de alimentos focam na redistribuição de alimentos excedentes para os necessitados.

Paralelamente, Restaurantes Populares oferecem refeições saudáveis a custo reduzido e as cozinhas comunitárias são espaços de encontro e partilha de refeições. O impacto dessas medidas pode ser significativo, melhorando a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade e fornecendo-lhes ferramentas para uma maior independência e inclusão social.

PROPOSTAS:

- Registrar as pessoas em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único, garantindo acesso a serviços e benefícios sociais.
- Implementar programas de segurança alimentar, integrando hortas comunitárias, bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, com o objetivo de combater a fome e estabelecer esses locais como pontos de apoio para encaminhar populações vulneráveis a programas de superação e assistência.
- Divulgar informações sobre as organizações de assistência atuantes na cidade e cadastradas nos conselhos municipais ligados à pasta, promovendo o contato direto da população em geral.

9.3 Fortalecer e expandir redes de apoio e parcerias, tanto com a iniciativa privada quanto com outras secretarias e órgãos públicos, para desenvolver e implementar programas integrados de acolhimento e assistência.

A Assistência Social enfrenta desafios na prestação de serviços devido à falta de capacitação das equipes e à ineficácia das políticas. O objetivo é fortalecer a gestão por meio de treinamentos contínuos, monitoramento e parcerias entre municípios. Essas estratégias têm o potencial de melhorar a qualidade dos serviços, proporcionando um atendimento mais eficaz e eficiente às pessoas em situação de vulnerabilidade.

PROPOSTAS:

- Capacitar as equipes multidisciplinares da Assistência Social a partir de formações continuadas para que atuem conforme o que prevê a lei e em situações adversas.
- Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de assistência social a fim de garantir a eficácia e aprimorar continuamente as políticas.
- Firmar parcerias entre municípios para compartilhar recursos, expertise e responsabilidades no cuidado de alta complexidade.
- Criar um setor/núcleo especializado para atender crianças e adultos com Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDA, TDAH) em parceria com a Secretaria de Saúde.

10. EDUCAÇÃO

A educação é essencial para impulsionar o desenvolvimento do indivíduo e, consequentemente, o progresso do nosso país. Apesar da importância da pasta, no entanto, o Estado no Brasil não atinge as expectativas na prestação de um serviço público de qualidade. Problemas como falta de vagas na educação infantil, baixa qualidade do ensino básico e a falta de formação continuada do corpo docente persistem em nosso país.

Em relação à primeira infância, a saber: crianças de 0 a 6 anos de idade, muitas delas em nosso município vivem em situação de pobreza, e precisam frequentar

creches, enquanto seus pais precisam trabalhar para manter o sustento de sua família.

Avançando para as etapas escolares, observa-se que o acesso já foi universalizado, sendo o aprimoramento da aprendizagem o principal desafio. É bem verdade que menos da metade dos alunos dos primeiros anos do ensino fundamental alcançaram níveis adequados de proficiência em Leitura. Além disso, a proporção de crianças que não sabem ler nem escrever aumentou muito nos últimos anos, principalmente aquelas que foram impactadas pelo período da pandemia.

A realidade nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio não são diferentes, estudos mostram que parte dos alunos que concluem o ensino básico sem ter conhecimento adequado em matemática e outras disciplinas. Este panorama preocupante do aprendizado contribui para o agravamento da evasão escolar, que impacta não só a vida dos alunos que desistem dos estudos, mas também o desenvolvimento econômico e social do nosso município e do país. Nesse contexto, a relevância de uma gestão escolar eficiente é inegável, tendo um impacto direto no aprendizado dos alunos.

A educação básica é subdividida em três etapas principais: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação infantil é destinada a crianças de até 3 anos em creches e de 4 a 5 anos em pré-escolas. O ensino fundamental começa aos 6 anos e se estende por 9 anos, seguidos por 3 anos de ensino médio. De acordo com a Constituição Federal, os municípios são principalmente responsáveis pela educação infantil e pelo ensino fundamental. Isso significa que as cidades devem garantir vagas em creches, pré-escolas e escolas, manter a qualidade do ensino e cuidar para que a infraestrutura dessas instituições esteja em boas condições.

Para abordar o tema, a gestão municipal deve se concentrar em eliminar as filas e garantir a oferta de vagas para toda a demanda do município, com atenção especial às crianças mais vulneráveis. Além disso, é importante aprimorar o desempenho dos alunos da rede pública, assegurando que eles alcancem níveis adequados de aprendizagem em suas respectivas faixas etárias. Outro ponto crítico é a valorização e o reconhecimento dos docentes e gestores escolares, incentivando a melhoria da aprendizagem e a assiduidade.

Para alcançar esses objetivos, iremos propor soluções regionais, por meio de arranjos de desenvolvimento da educação, bem como otimizar a gestão e os recursos educacionais por meio de parcerias com o setor privado.

10.1 Eliminar as filas da educação infantil, garantindo oferta de vagas para toda a demanda do município, especialmente para as crianças mais vulneráveis.

A ausência de vagas em creches e pré-escolas para as crianças de 0 a 6 anos afeta desproporcionalmente as famílias mais vulneráveis, comprometendo o desenvolvimento inicial das crianças e impedindo os pais - especialmente as mães - de retornarem ao mercado de trabalho, perpetuando ciclos de desigualdade.

Assim, trabalhar para eliminar as filas das creches, assegurando a disponibilidade de vagas para toda a demanda do município de Ourilândia do Norte, com foco especial nas crianças em situação de vulnerabilidade, deve ser um foco da gestão municipal. Para alcançá-lo, é preciso que a secretaria de educação do município seja inovadora e propositiva, fazendo uso da capacidade instalada no terceiro setor no município para atender à demanda pública, bem como informar aos cidadãos sobre as instituições de ensino onde existem vagas disponíveis e qual é a sua posição na fila, possibilitando aos pais acompanharem eventuais oportunidades.

PROPOSTAS:

- Estabelecer parcerias com instituições privadas locais para atender à demanda em creches, implementando uma lei de vales (vouchers) com o objetivo de eliminar as filas de espera.
- Garantir transparência nas filas de espera para creches, escolas e vagas de vales.
- Construção de uma creche de tempo integral no bairro liberdade de morar.
- Construção de uma creche de tempo integral no bairro Residencial JP.

10.2 Aprimorar o desempenho dos alunos da rede pública de ensino, garantindo que alcancem níveis adequados de aprendizagem em suas respectivas faixas etárias.

Assegurar que os estudantes atinjam os níveis de aprendizagem esperados para as suas faixas etárias é essencial para garantir uma educação de qualidade e prepará-los adequadamente para o futuro. Para isso, propõe-se a implementação de ações que visam criar um ambiente de aprendizado mais eficaz e motivador, que não só melhore o desempenho acadêmico dos alunos, mas que também reduza as taxas de evasão escolar.

Uma das maneiras de alcançar esses objetivos é através de projetos experimentais que envolvem a colaboração com a iniciativa privada para contratar bolsas para os alunos da rede pública, ou ainda, implementar escolas públicas geridas por entidades sem fins lucrativos. Com a implementação dessas medidas, espera-se um impacto positivo no sistema educacional, beneficiando não apenas os estudantes, mas a sociedade como um todo, ao formar cidadãos mais preparados e qualificados.

PROPOSTAS:

- Estabelecer programas intensivos de alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental.
- Desenvolver programas de apoio para alunos com interrupções em seu processo de alfabetização, oferecendo aulas de reforço e atividades extracurriculares para a recuperação das habilidades de leitura e escrita.
- Estabelecer sistemas de monitoramento e avaliação para acompanhar a aprendizagem e progresso dos alunos e identificar precocemente aqueles em risco de evasão, permitindo intervenções oportunas.
- Ampliar a jornada escolar para que os estudantes tenham mais tempo de aprendizado e desenvolvimento, sempre que possível.
- Implementar metodologias de ensino inovadoras e comprovadamente eficazes para criar ambientes escolares motivadores e alinhados com as necessidades do mundo moderno.
- Garantir uma infraestrutura que ofereça um ambiente propício à aprendizagem, incluindo transporte escolar, reforma das escolas existentes ou construção de novas quando necessário e fornecimento de merenda escolar de qualidade, para tornar a educação acessível a todos e reduzir as taxas de evasão escolar.

10.3 Criar mecanismos de valorização e reconhecimento aos docentes e gestores escolares pela melhoria da aprendizagem e assiduidade.

As limitações da gestão pública frequentemente impedem a implantação de uma política de valorização efetiva dos professores e gestores escolares que promovem a melhoria da aprendizagem de seus alunos. É necessário, portanto, transformar essa realidade e estabelecer mecanismos que reconheçam o papel dos educadores na melhoria da qualidade do ensino, premiando os profissionais da educação básica que se destaquem, incentivando o esforço individual.

PROPOSTAS:

- Garantir uma estrutura de carreira aos professores que valorize e recompense os resultados no aprendizado dos alunos e o tempo dedicado à sala de aula.
- Implementar um sistema eficiente e transparente de registro de presença.
- Implementar programas contínuos de desenvolvimento profissional e formação continuada para gestores e professores.

10.4 Otimizar a gestão e recursos educacionais por meio de parcerias, autonomia financeira e desenvolvimento profissional.

Frequentemente, as escolas lidam com limitações na infraestrutura, falta de material didático adequado e deficiências na formação e desenvolvimento profissional de seus educadores. Esses obstáculos gerenciais comprometem a qualidade do ensino oferecido aos estudantes.

Para enfrentar as deficiências de infraestrutura, uma solução é a delegação da construção, reforma, manutenção, ampliação e operação dos edifícios escolares para a iniciativa privada por meio de parceria público-privada. Nesse arranjo, os professores e a supervisão educacional seguem sendo de atribuição da secretaria de educação. A gestão patrimonial do imóvel, todavia, é transferida à iniciativa privada, garantindo a qualidade das escolas.

Outra solução é a aquisição de bolsas de estudos em instituições de ensino comunitárias, confessionais ou filantrópicas, por meio de convênios. Também é importante que a Prefeitura cumpra todos os requisitos para pleitear recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Programa de Ações Articuladas (PAR) da União e dispute os recursos do VAAR do FUNDEB e do ICMS Educacional.

Por fim, com relação à gestão de pessoas na secretaria de educação, tão importante quanto a formação continuada dos professores é a capacitação dos planejadores e gestores públicos que cuidam do sistema de educação municipal.

PROPOSTAS:

- Avaliar a viabilidade de estabelecer parcerias público-privadas para a construção e manutenção dos imóveis das escolas, com o objetivo de fornecer a estrutura necessária à melhoria da aprendizagem no município.
- Ativar parcerias com governo estadual e municípios próximos para compartilhar recursos, estratégias e experiências.
- Implementar autonomia financeira nas escolas para despesas com manutenção, segurança e aquisição de equipamentos e materiais de menor valor, buscando agilidade e otimização dos recursos.
- Implementar programa de desenvolvimento profissional para servidores da Secretaria de Educação, incluindo formação em gestão de políticas públicas e ferramentas administrativas.
- Implementar sistema de alerta e acompanhamento para garantir que o município se inscreva e cumpra os prazos dos programas federais e estaduais de financiamento da educação, maximizando a captação de recursos.

10.5 Oferecer diagnósticos precisos e de qualidade aos estudantes visando aprimorar a educação inclusiva na rede pública de ensino

O diagnóstico preciso e precoce de quaisquer condições que afetem a aprendizagem é crucial para assegurar o desenvolvimento cognitivo adequado dentro de um contexto de educação inclusiva. Identificar necessidades de suporte e adaptações no momento certo é fundamental para definir a trajetória escolar do estudante. Cada situação requer uma solução específica, frequentemente única, necessitando de atenção e cuidado especializados. Portanto, é essencial combater a falta de diagnósticos precisos e a escassez de recursos especializados para apoiar efetivamente a educação inclusiva.

PROPOSTAS:

- Estabelecer parcerias com clínicas privadas especializadas e entidades filantrópicas sem fins lucrativos para realizar testes e diagnósticos em crianças

da rede pública do município de Ourilândia do Norte, tendo em mente resultados fidedignos.

- Estabelecer parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e outras, para realização de atendimento educacional especializado para alunos e pais de pessoas com deficiência intelectual, múltipla ou autismo.
- Permitir que pais e responsáveis contratem assistentes terapêuticos para apoiar a educação inclusiva, auxiliando no desenvolvimento educacional de estudantes em um ambiente que atenda às suas necessidades específicas.
- Desenvolver um protocolo de encaminhamento multidisciplinar para conectar crianças com necessidades especiais da rede pública de ensino a serviços especializados de educação, saúde e assistência social.

11. SAÚDE

A Lei do SUS atribui aos municípios a responsabilidade de garantir a atenção primária da saúde, prestada por meio dos serviços realizados nas unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde, os famosos postos de saúde. Além disso, as cidades têm a função de gerenciar os serviços de saúde secundária e terciária, seja por meio da contratualização de serviços ou da prestação direta.

O município deve realizar campanhas de vacinação, programas de saúde preventiva, triagem e encaminhamento dos pacientes para os especialistas e distribuição de medicamentos. Por fim, também integra o SUS a vigilância sanitária, responsável por garantir a qualidade dos alimentos e a salubridade de estabelecimentos.

Percebe-se, então, que a atuação do município é essencial para a proteção e melhoria da qualidade de vida da população. Nesse esforço, é crucial que o sistema público municipal esteja alicerçado em quatro pilares fundamentais: acesso, prevenção, diagnóstico preciso e tratamento adequado. A concretização de cada um deles exige uma abordagem integrada entre setor público e privado, focada em gestão eficiente, uso de tecnologia e participação da comunidade.

11.1 Melhorar a qualidade do atendimento no sistema de saúde municipal por meio da implementação de infraestrutura, tecnologias e uma gestão eficiente.

Diante das ineficiências operacionais do SUS, a melhoria da qualidade do serviço passa por aprimorar a gestão de processos, dados, pessoas e insumos utilizados. É necessário, por exemplo, qualificar a tomada de decisão de cada médico por meio de prontuários eletrônicos e da melhoria dos processos de triagem, direcionamento e agendamento de consultas a especialistas por meio de integração dos sistemas de saúde municipal e estadual. Além disso, é fundamental estabelecer metas claras e mensuráveis, que sejam acompanhadas de perto pelos gestores de saúde.

Para isso, a secretaria municipal de saúde deve priorizar a instalação de sistemas eletrônicos de gestão e treinar os servidores públicos na ponta para que a captação de dados seja efetiva. Ademais, é importante que a gestão de estoque de medicamentos seja digitalizada e monitorada em tempo real, aderindo às melhores práticas para a atividade, além de oferecer opções terapêuticas semelhantes ou mesmo outros pontos de oferta do medicamento, para que o paciente seja efetivamente suprido em sua necessidade.

A terceirização de profissionais de saúde e a colaboração entre municípios na contratação desses profissionais emergem como ferramentas de gestão estratégicas. Essas abordagens permitem aos gestores maior agilidade e a capacidade de adaptar a força de trabalho às flutuações na demanda. A depender do tamanho da rede pública de saúde, é possível avaliar a estruturação de uma concessão de unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde.

PROPOSTAS:

- Adotar uma gestão baseada em dados, utilizando análise estatística para melhorar a tomada de decisões, identificar áreas críticas, otimizar operações e planejar a expansão da rede de saúde de maneira estratégica.
- Modernizar a infraestrutura do sistema de saúde com uma plataforma digital unificada, que incluirá a criação de um Registro Único de Saúde para cada cidadão, melhorando o acesso e a gestão das informações de saúde.

- Estabelecer um sistema de monitoramento em tempo real para os estoques de medicamentos nas unidades de saúde pública, assegurando que médicos e pacientes tenham informações atualizadas sobre a disponibilidade e a localização dos medicamentos.
- Estabelecer parcerias público-privadas para a construção e administração de Unidades de Pronto Atendimento, Unidades Básicas de Saúde e hospitais municipais com o objetivo de expandir e aprimorar a infraestrutura de saúde.
- Implementar sistemas de triagem digital para atendimento prioritário, incluindo aplicativos e plataformas online que permitam a pré-avaliação de pacientes remotamente, facilitando o encaminhamento adequado para os serviços de saúde mais relevantes e desafogando os serviços presenciais.
- Aprimorar a distribuição de medicamentos municipais e coordenar sua entrega com os remédios fornecidos pelo estado e pela União.
- Estabelecer uma prestação de contas acessível e periódica que detalhe os avanços, melhorias e desafios enfrentados na gestão.
- Estabelecer canais de denúncia efetivos para identificar e combater más práticas na gestão da saúde

11.2 Fortalecer a saúde da família e ampliar o acesso a serviços médicos.

A saúde da família no Brasil é um modelo de atendimento médico primário focado no cuidado contínuo às famílias em suas comunidades. Trata-se de um método de atendimento importante, pois muitas pessoas não têm acesso à informação sobre prevenção de doenças e adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis.

Ao contar com uma estrutura bem definida e profissionais devidamente treinados, o Programa de Saúde da Família contribui significativamente para a minimizar a sobrecarga desnecessária do sistema de saúde, otimizando recursos e melhorando o atendimento a quem precisa, além de prevenir reinternações e complicações tardias de doenças.

Nesse contexto, o objetivo principal é fortalecer a saúde da família e ampliar o acesso a serviços médicos para garantir que todos os membros da comunidade, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenham acesso a cuidados básicos de saúde.

A partir de campanhas educativas, da telemedicina e de parcerias com o setor privado será possível aumentar a capacidade de atendimento do sistema de saúde.

PROPOSTAS:

- Implementar campanhas educativas em múltiplas plataformas de comunicação para sensibilizar a população sobre a prevenção de doenças, a importância dos exames regulares e a adoção de um estilo de vida saudável, contando com a colaboração de diversas secretarias e setores da sociedade.
- Introduzir a telemedicina como ferramenta para melhorar o acesso ao atendimento médico, garantindo que mais pessoas tenham acesso a consultas e orientações médicas, associada a equipamentos e telelaudo.
- Formar parcerias com o setor privado para aumentar a capacidade de atendimento do sistema de saúde, visando à redução das filas e ao atendimento mais rápido e eficiente à população.
- Realizar visitas domiciliares regulares para o acompanhamento da saúde de grupos vulneráveis, como idosos, gestantes e crianças, assegurando o monitoramento contínuo e a prevenção de problemas de saúde.
- Promover consultas e orientações sobre métodos contraceptivos, acompanhadas de campanhas educativas para informar e capacitar a população sobre planejamento familiar.
- Incorporar tecnologias de exames rápidos no método POC (Point of Care) nas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo filas e tempo de espera dos usuários, promovendo rapidez na resposta terapêutica.
- Estender o horário de funcionamento de algumas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo a demanda e oportunizando o atendimento à população trabalhadora.

11.3 Aprimorar o sistema de monitoramento e vigilância sanitária, garantindo o controle de qualidade dos alimentos e a saúde pública por meio de inspeções e sistemas de alerta eficazes.

O papel da vigilância sanitária é prevenir que doenças se espalhem, combatendo seus vetores e monitorando a qualidade dos produtos utilizados e consumidos pela população. Desta forma, é a vigilância sanitária que licencia e fiscaliza a

produção de alimentos e a fabricação de medicamentos e cosméticos, além de combater os focos de proliferação dos animais que transmitem as doenças.

Por isso, revisar e atualizar normativas, implementar sistemas informatizados de alerta rápido para surtos de doenças e informar e envolver a comunidade na promoção de práticas seguras é tão importante. A atuação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias deve ser intensificada e direcionada pela incorporação de tecnologia, como o georreferenciamento de casos. Com essas medidas, estaremos não apenas melhorando as condições de saúde pública, mas criando uma base sólida para a prevenção de riscos futuros.

PROPOSTAS:

- Revisar e atualizar as normas de vigilância sanitária, introduzindo o conceito de baixo risco, autorizando a operação sem licença prévia e focando em uma abordagem de fiscalização mais educativa, ativa e presente na comunidade em vez de punitiva, para promover a conformidade por meio do conhecimento e da conscientização.
- Desenvolver e implementar um sistema de alerta rápido para a detecção e manejo eficiente de surtos de doenças relacionadas à contaminação de alimentos e produtos.
- Organizar campanhas educativas sobre segurança alimentar e combate a vetores de endemias, a fim de promover práticas mais seguras de manipulação e consumo de alimentos e manejo de materiais.
- Implementar programas eficazes de controle de vetores, como mosquitos, que são responsáveis pela transmissão de doenças como dengue, zika e chikungunya, buscando reduzir a incidência dessas doenças, com a incorporação de tecnologias e envolvimento de outros setores da saúde no município.
- Revisar os procedimentos da Secretaria Municipal de Saúde em conformidade com as diretrizes e normativas dos governos estadual e federal, visando à redução de burocracias e redundâncias.

11.4 Expandir as campanhas de vacinação, enfatizando a importância da imunização para grupos prioritários e para a saúde pública em geral.

A falta de imunização ameaça a saúde pública em geral, dificultando o controle de doenças que podem ser evitadas pela vacinação. O Brasil costumava ter bons índices de cobertura vacinal, mas registrou leve queda na taxa bruta de vacinação nos últimos anos, cenário que precisa ser revertido, e o município de Ourilândia do Norte ter participação na mudança desse cenário.

O objetivo principal dessas campanhas, portanto, é garantir a ampliação da imunização, enfrentando as restrições de acesso e de conscientização que contribuem para a falta de vacinação da população. Fundamental, assim, treinar as equipes de vacinação e inserir os times de saúde da família na busca ativa pela população elegível à vacinação, mirando o atingimento de bons índices de vacinação.

PROPOSTAS:

- Realizar campanhas de vacinação, direcionando esforços para grupos prioritários, como crianças, idosos e profissionais da área da saúde, a fim de garantir que recebam as vacinas necessárias de maneira oportuna.
- Estender os horários de funcionamento dos postos de saúde de modo a proporcionar maior flexibilidade e facilitar o acesso à vacinação para a população em geral, especialmente para a população trabalhadora.
- Implantar equipes móveis de vacinação e postos de vacinação itinerantes em locais movimentados durante fins de semana e eventos públicos.
- Desenvolver e implementar campanhas abrangentes de conscientização sobre a importância da vacinação utilizando mídias sociais e outros canais de comunicação para alcançar um público amplo e diversificado, informando sobre os benefícios das vacinas e combatendo a desinformação.

11.5 Melhorar o planejamento e a conexão entre as políticas de saúde das cidades, estados e Governo Federal, seguindo as regras do SUS e usando dados e cooperação para tomar decisões.

A fragmentação das políticas de saúde nos âmbitos municipal, estadual e federal, muitas vezes, resulta em lacunas no atendimento, ineficiências na alocação de recursos e uma falta de dados abrangentes para orientar decisões estratégicas.

Nesse cenário, o objetivo é aprimorar o planejamento e a conexão entre as políticas de saúde, seguindo as diretrizes do SUS e fazendo uso de dados e cooperação para embasar decisões mais eficazes e abrangentes.

Ao integrar os sistemas de saúde municipal e estadual, alcança-se uma prestação de serviços mais coesa, na qual o atendimento primário é fortalecido nos municípios e serviços especializados são centralizados em polos regionais do estado. Essa integração não apenas promove um atendimento mais eficaz, mas viabiliza o compartilhamento eficiente de dados e abre portas para uma captação ampliada de recursos.

PROPOSTAS:

- Promover a integração dos sistemas municipal e estadual de saúde, por meio da formulação de consórcios, articulando o atendimento primário no município e de especialidades em polos regionais do Estado, assegurando a continuidade, a abrangência e a eficiência dos serviços de saúde oferecidos à população.
- Desenvolver e implementar sistemas de informação unificados para o compartilhamento eficiente de dados de saúde entre os diferentes níveis de governo, a fim de aprimorar o planejamento, a gestão e a resposta às necessidades de saúde da população, com base em informações precisas e atualizadas.
- Coletar e analisar dados de saúde, permitindo um planejamento regionalizado, adequado às necessidades locais e baseado em evidências.
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino e pesquisa para aprimorar o planejamento e a avaliação das políticas de saúde do município.
- Ampliar a captação de recursos para saúde por meio dos programas do Governo Federal.

12. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade e a preservação ambiental são temas que vêm sendo amplamente discutidos, refletindo uma crescente preocupação com o equilíbrio ecológico e com a gestão responsável dos recursos naturais. Essa conscientização é impulsionada pelas evidências crescentes das mudanças

climáticas e pela urgência em adotar práticas sustentáveis para garantir a qualidade de vida das populações urbanas e rurais.

Muitas cidades enfrentam desafios como o despejo de esgoto não tratado diretamente nos rios e os lixões a céu aberto, bem como a ausência de coleta seletiva e reciclagem. É importante mencionar que um saneamento básico adequado é essencial para a proteção do meio ambiente. Nesse sentido, o Novo Marco do Saneamento promoveu a atração de investimentos e mais transparência para o setor, reduzindo a participação das estatais estaduais de águas e aumentando o número de projetos de concessões e parcerias público-privadas de tratamento de água e esgotamento.

Segundo as diretrizes constitucionais, é dever de todos os entes proteger o meio ambiente e combater a poluição em suas múltiplas formas. Essa responsabilidade inclui a gestão de áreas verdes, fauna, flora e a implementação de políticas para a preservação ambiental.

Além disso, os municípios detêm a capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local e complementar a legislação federal e estadual conforme necessário, podendo definir exigências adicionais às regras de licenciamento ambiental e até serem responsáveis por licenciar empreendimentos de menor porte.

Os municípios também podem instituir áreas de preservação permanente e gerir parques municipais. Nesse contexto, a concessão dos parques surge como um mecanismo relevante, permitindo o aprimoramento da infraestrutura, melhor qualidade nos serviços de ecoturismo e conservação ambiental.

Como parte da competência municipal sobre o saneamento básico, a Prefeitura é responsável pela reciclagem e fiscalização dos esgotos e fossas irregulares, devendo implementar a coleta seletiva e ampliar a cobertura de esgoto tratado. No mesmo sentido, é preciso preocupar-se com a implantação de políticas de eficiência energética, gestão responsável dos recursos hídricos do município e promoção de uma infraestrutura urbana ecologicamente responsável.

Percebe-se que a efetividade das políticas ambientais depende da mudança de hábitos de toda população. Assim, o município também deve agir na conscientização das pessoas, criando uma cidade mais sustentável.

12.1 Educar a população sobre a preservação ambiental para promover hábitos sustentáveis

A proteção do meio ambiente passa pela mudança de hábitos individuais. Para que os indicadores de proteção do meio ambiente melhorem, é importante que cada um seja mais consciente sobre o seu impacto na natureza.

Assim, programas educacionais que informam a população a respeito da necessidade de coleta seletiva do lixo e sobre evitar condutas como as que provocam queimadas e poluição de cursos d'água são grandes aliados. Paralelamente, é importante promover campanhas de conscientização sobre o problema do abandono animal, incentivando a adoção responsável e a castração de animais de estimação. Essas iniciativas visam criar uma mudança de mentalidade e comportamento na sociedade, levando a uma realidade mais sustentável e harmoniosa entre comunidade e meio ambiente.

PROPOSTAS:

- Desenvolver programas educacionais para conscientizar a população sobre a importância da preservação ambiental, os impactos negativos das queimadas e as consequências da poluição da água.
- Organizar campanhas de conscientização sobre os problemas do abandono animal e promover a adoção responsável e castração de animais de estimação.

12.2 Estabelecer Parcerias Público-Privadas para a manutenção e operação de parques públicos urbanos, explorando o potencial turístico e aprimorando a experiência dos visitantes.

Atualmente, os parques urbanos no Brasil enfrentam desafios devido à falta de recursos e de expertise do Estado em sua administração, resultando em serviços muitas vezes aquém do ideal. Diante dessa realidade, a concessão desses espaços para a gestão privada surge como uma solução estratégica.

A concessão de parques permite investimentos privados em requalificação, modernização, operação e manutenção, com foco no ecoturismo e no uso público. A concessão busca explorar o potencial dos parques, seja turístico, seja do uso urbano para lazer ou integrando práticas culturais, por meio da melhora da experiência dos visitantes e gerando benefícios econômicos, como emprego e renda, além de fomentar a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, alinhando-se com a agenda de responsabilidade socioambiental.

PROPOSTAS:

- Incentivar investimentos privados para instalações dos parques, incluindo aprimoramento de infraestruturas como trilhas, centros de visitantes e áreas de lazer.
- Desenvolver serviços de apoio ao ecoturismo, realçando a beleza natural e os atrativos dos parques, enquanto se promove a conservação ambiental e a educação ambiental.
- Oferecer uma gama diversificada de serviços, como alimentação e atividades recreativas, para melhorar a experiência dos visitantes e aumentar a receita dos parques.
- Garantir que o processo de concessão seja transparente, com clara definição de responsabilidades e expectativas para os operadores privados, assegurando a sustentabilidade a longo prazo dos parques.

12.3 Firmar parcerias entre setores governamentais, terceiro setor e setor privado para a preservação de áreas verdes e o bem-estar animal.

O cuidado com as áreas verdes e as ações de promoção do bem-estar animal costumeiramente são parte da atuação de organizações do terceiro setor. Assim, tende a ser mais eficiente a Prefeitura atuar em conjunto com o terceiro setor, financiando e apoiando as iniciativas da sociedade que geram impacto positivo na proteção da natureza e no combate aos maus-tratos animais.

Essa abordagem permite uma gestão mais especializada e focada, aproveitando a expertise das organizações não governamentais e entidades privadas. Ao unir esforços de diferentes setores da sociedade, essas estratégias buscam melhorar nossa realidade, protegendo o ambiente natural e garantindo o bem-estar dos animais.

PROPOSTAS:

- Identificar e divulgar organizações dedicadas ao acolhimento de animais e locais onde é possível adotar animais de forma responsável.
- Criar colaboração entre o município de Ourilândia do Norte e entidades privadas para viabilizar a castração de animais domésticos, de rua ou que estejam em abrigos, a fim de controlar a população de animais sem lar.

- Estabelecer parcerias entre município de Ourilândia do Norte, setor privado, autoridades locais e organizações ambientais para preservar áreas verdes, monitorar e proteger áreas de risco ambiental.
- Estabelecer parcerias para viabilizar um sistema de vigilância para detectar e prevenir queimadas e desmatamentos.

12.4 Implementar sistemas de reciclagem, gerenciamento de resíduos e realizar a limpeza e despoluição de rios e lagos.

O aumento constante na produção de resíduos sólidos e a disposição inadequada desses materiais contribui para a poluição ambiental, a degradação de ecossistemas e a escassez de recursos naturais. Nesse cenário, o objetivo principal é implementar sistemas de reciclagem e gerenciamento de resíduos eficientes, para reduzir a necessidade de extração de matéria-prima da natureza e a quantidade de lixo enviado para aterros sanitários. Para tanto, propõe-se fortalecer a coleta do lixo reciclável por meio da formalização de cooperativas para exercer a atividade, a criação de centros de compostagem e reciclagem por meio de parcerias com a iniciativa privada e o aumento da adesão da população à coleta seletiva por meio de campanhas educacionais, inclusive em escolas, em parceria com a Secretaria de Educação.

Por fim, projetos de limpeza e despoluição de rios e lagos contribuem para a proteção de ecossistemas aquáticos e para a melhoria da qualidade de vida. Essas estratégias combinadas têm o potencial de reduzir o impacto ambiental dos resíduos e criar uma realidade mais sustentável.

PROPOSTAS:

- Apoiar a formação de cooperativas para coleta do material reciclável, incentivando a coleta seletiva e reciclagem.
- Estabelecer centros de compostagem e reciclagem, preferencialmente por meio de parcerias público-privadas.
- Por meio de campanhas, incentivar os moradores a separarem o lixo orgânico e reciclável, inclusive as crianças e adolescentes, em parceria com a pasta de educação.
- Implementar projetos de limpeza e despoluição de rios e lagos.

12.5 Priorizar a atuação da Secretaria de Meio Ambiente como ente mediador de conflitos ambientais, tornando sua atuação mais resolutiva e aprimorando a emissão de licenças ambientais.

A pronta resposta do poder público é fundamental para a prevenção do meio ambiente. Os impactos das ocupações e empreendimentos irregulares não fiscalizados costumam ser irreversíveis ou de difícil reversibilidade. De outro lado, a demora na deliberação de negócios que solicitaram licenças prévias causa perda de empregos e redução da atratividade do município.

A Prefeitura de Ourilândia do Norte deve atuar como mediadora dos conflitos ambientais, focada em conferir rápida solução às demandas populares, sejam conflitos de terra ou abusos contra a natureza. Um meio para isso é um canal de denúncias acessível a toda a população.

Ademais, a celeridade na avaliação e emissão de licenças ambientais é importante para o reforço da credibilidade da pasta, garantindo uma percepção pela sociedade de que a ponderação entre o desenvolvimento econômico e a proteção ao meio ambiente pode acontecer de maneira sustentável e benéfica.

PROPOSTAS:

- Tornar mais eficiente a emissão de licenças ambientais, assegurando que os processos sejam mais ágeis e ainda estejam em conformidade com as normas ambientais.
- Promover a capacitação contínua de servidores das Secretarias de Meio Ambiente e estabelecer um processo de seleção técnico para a contratação de novos funcionários, buscando a excelência e a eficiência nos serviços.
- Desenvolver canais de denúncias acessíveis para o público reportar problemas ambientais e abusos e abandono de animais.
- Identificar áreas de conflito ambiental e atuar como mediador para encontrar soluções equilibradas.

12.6 Desenvolver uma infraestrutura urbana ecologicamente responsável, integrando conceitos de cidades inteligentes e adensamento urbano para preservar áreas naturais e otimizar a vida urbana.

O Brasil é carente de infraestrutura adequada, sendo costumeiramente discutidos nas cidades a ampliação das áreas verdes, os transportes públicos

eficientes e sistemas adequados de abastecimento de água e saneamento, voltados à implementação de um ambiente socioambiental sustentável.

Para atingir esse objetivo, é importante promover a arborização e a criação de corredores verdes, conectando áreas urbanas para reduzir a poluição do ar e proporcionando espaços de lazer. A renovação sustentável do transporte coletivo pode reduzir a emissão de poluentes e melhorar a qualidade do ar. Ainda, a inspeção e a auditoria das redes de água e esgoto ajudam a conservar os recursos hídricos. O impacto dessas estratégias gera uma melhoria notável na realidade urbana, com cidades mais verdes, proporcionando uma qualidade de vida superior aos seus habitantes e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

PROPOSTAS:

- Implementar políticas de uso eficiente da água, incluindo a instalação de sistemas de captação de água da chuva em prédios públicos.
- Promover a arborização das ruas e a criação de corredores verdes que conectem diferentes áreas da cidade, proporcionando espaços para recreação e tornando as calçadas mais caminháveis.
- Buscar soluções econômica e ambientalmente viáveis para a renovação das frotas do transporte coletivo, com foco na redução de poluentes.
- Realizar estudos de viabilidade econômica para implementação de sistemas de eficiência energética e hídrica em infraestrutura existente ou a ser construída.

13. ESPORTE, CULTURA E TURISMO

É evidente que a criatividade, a produção artística e os potenciais turísticos e esportivos de um município têm impacto significativo na economia. Esses elementos são essenciais para gerar emprego, riqueza e melhorar a qualidade de vida, pois fomentam habilidades sociais, criatividade e pensamento crítico nos jovens, ao mesmo tempo que incentivam a adoção de estilos de vida saudáveis e ativos. Ao participarem de eventos culturais, atividades esportivas e experiências turísticas, públicos de todas as idades ganham uma exposição valiosa a novas ideias e culturas, enriquecendo sua educação e perspectiva de mundo, além de fortalecer laços comunitários e promover a inclusão social.

As políticas públicas voltadas para a cultura, o esporte e o turismo devem ser prioritariamente estruturadas a partir do município, que irá atuar como um facilitador na execução de projetos.

O papel do poder público, portanto, deve ser o de estimulador na atração de investimentos, impulsionando o desenvolvimento dessas áreas para que alcancem autonomia.

Para isso, a Prefeitura pode impulsionar eventos locais, proteger imóveis, complexos arquitetônicos e regiões com valor histórico e cultural e formular programas de incentivo ao esporte em parceria com a pasta da educação e assistência social.

O foco é fortalecer a estruturação das organizações da sociedade civil e qualificar seus integrantes, abrindo espaço para que a iniciativa privada tenha interesse em investir e explorar a cultura e o turismo e apoiar o esporte de base. Isso possibilita investimentos substanciais, enquanto reduz a dependência dos setores dos cofres públicos. O objetivo é fomentar a autossuficiência financeira e administrativa dessas organizações, contribuindo para uma gestão mais eficaz e inovadora.

13.1 Aumentar o acesso ao esporte de lazer e competitivo com eficiência de gastos, reduzindo a dependência da prefeitura.

Em muitos municípios, o acesso ao esporte, tanto em nível de lazer quanto competitivo, enfrenta obstáculos em termos de financiamento e infraestrutura adequada. A dependência excessiva dos recursos da prefeitura para manter e desenvolver espaços esportivos e programas muitas vezes limita a expansão e a diversificação das atividades esportivas disponíveis. Esse cenário restringe não apenas as oportunidades para atletas em ascensão e entusiastas do esporte, mas também limita o potencial de benefícios sociais e de saúde que o esporte pode oferecer à comunidade.

Para enfrentar esses desafios, é importante aumentar o acesso ao esporte de lazer e competitivo, otimizando a eficiência dos gastos e reduzindo a dependência dos recursos municipais, visando até mesmo à redução dos gastos públicos com saúde no médio e longo prazo.

PROPOSTAS:

- Incentivar a criação de associações esportivas formais e clubes esportivos, bem como capacitar empreendedores do setor esportivo na comunidade, procurando desenvolver habilidades de gestão e inovação e atrair patrocínios.
- Conceder os equipamentos esportivos públicos ou a sua construção e operação para a iniciativa privada e elaborar outras parcerias para melhorar e ampliar os espaços públicos dedicados à prática de esportes.
- Atrair eventos esportivos para a cidade.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos esportivos na cidade.
- Promover a abertura das escolas aos finais de semana e feriados para que a comunidade organize atividades esportivas, incentivando a prática de exercícios e o bem-estar entre os moradores, se possível, em parceria com entidades do terceiro setor.

13.2 Aumentar o acesso à cultura com eficiência de gastos e reduzindo a dependência da prefeitura.

Atualmente, muitas cidades enfrentam o desafio de promover o acesso à cultura enquanto lidam com restrições orçamentárias e a necessidade de independência das influências políticas e ideológicas. O objetivo central a ser perseguido pela prefeitura no setor deve ser aumentar o acesso da população à cultura de forma eficiente, minimizando a dependência financeira do poder público. Esta missão é importante para enriquecer a vida comunitária e estimular o desenvolvimento econômico local a partir de setores criativos como as artes, o design e o entretenimento.

PROPOSTAS:

- Incentivar a criação de associações culturais formais, com capacidade de atrair patrocínios e outras verbas privadas.
- Capacitar empreendedores do setor cultural, visando desenvolver habilidades de gestão e inovação.
- Administrar os programas e bens culturais de maneira transparente e com participação ativa dos cidadãos, buscando eliminar as influências políticas.

- Atrair empresas e associações que trabalham com criatividade e inovação, como artes, design e entretenimento, para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos no setor.
- Tornar os projetos e coleções culturais acessíveis online, facilitando o acesso público e promovendo a cultura digital.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos culturais.
- Incentivar parcerias público-privadas para projetos de conservação e restauração de patrimônios culturais materiais, como monumentos históricos, edificações e locais de significância cultural, permitindo a exploração deles como museus ou locais de eventos e acompanhado de iniciativas educativas para engajar a comunidade na preservação desses espaços.
- Documentar e celebrar o patrimônio imaterial, como tradições, línguas, festas e artesanatos locais, através de eventos culturais, preferencialmente por meio de parcerias com o terceiro setor e com o setor privado, para manter viva a herança cultural intangível da comunidade.
- Estabelecer um processo transparente e baseado em critérios claros para eventuais tombamentos, garantindo a devida indenização a proprietários e evitando influências políticas e critérios desarrazoados.
- Promover programas educacionais para aumentar a conscientização pública sobre a importância do patrimônio histórico e cultural a partir de visitas guiadas, exposições e material educativo.

13.3 Potencializar o turismo e a valorização da identidade local para ampliar o apelo turístico e elevar a qualidade dos serviços oferecidos na cidade.

Identificando seus potenciais turísticos, uma cidade pode impulsionar seu crescimento econômico. Oferecendo atrativos únicos e experiências de qualidade, complementados por uma infraestrutura turística bem desenvolvida e profissionais capacitados, estabelece-se uma base sólida para atrair e satisfazer visitantes, gerando, assim, maior receita e prosperidade local.

PROPOSTAS:

- Estabelecer parcerias com o setor privado para investimentos em infraestrutura turística e eventos.

- Promover eventos e estratégias de marketing que destaquem a cultura local e o potencial turístico da cidade para atrair visitantes e patrocinadores.
- Explorar colaborações com entidades do setor privado e do Sistema S, com o objetivo de desenvolver programas de capacitação voltados para o aprimoramento de profissionais no setor turístico.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos ou a exploração turística.
- Estabelecer colaboração entre os municípios para identificar objetivos comuns, desenvolver estratégias conjuntas, compartilhar recursos, expertise técnica, infraestrutura e fundos para projetos de interesse mútuo.
- Desenvolver um roteiro turístico integrado que valorize tanto o patrimônio material quanto imaterial da cidade, promovendo experiências culturais autênticas sobre a história e as tradições locais.
- Implementar programas educativos em locais históricos e culturais do município, integrando o turismo com a aprendizagem, onde estudantes e visitantes possam explorar o patrimônio material e imaterial